

Coleção **GRANDES TEMAS DO NOVO CPC**

Coordenador geral: FREDIE DIDIER JR.

7

DIREITO INTERTEMPORAL

COORDENADORES

Flávio Luiz Yarshell

Fabio Guidi Tabosa Pessoa

AUTORES

Adriane Haas

Adriano Camargo Gomes

Alencar Frederico Margraf

André Garcia Xerez Silva

Andre Vasconcelos Roque

Antonio de Pádua Soubhie Nogueira

Antonio do Passo Cabral

Bruno Freire e Silva

Bruno Lopes Megna

Bruno Vasconcelos Carrilho Lopes

Carlos Alberto de Salles

Claudio Luiz Bueno de Godoy

Eduardo Cambi

Eduardo Henrique de Oliveira Yoshikawa

Eduardo Hoffmann

Elias Marques de Medeiros Neto

Fabiano Carvalho

Fabio Guidi Tabosa Pessoa

Fábio Peixinho Gomes Corrêa

Fernando da Fonseca Gajardoni

Fernão Borba Franco

Flávio Luiz Yarshell

Fredie Didier Jr.

Guilherme Setoguti J. Pereira

Hamid Charaf Bdine Junior

Igor Bimkowski Rossoni

João Paulo Hecker da Silva

José Carlos Baptista Puoli

Marcelo José Magalhães Bonizzi

Paulo Henrique dos Santos Lucon

Paulo Osternack Amaral

Ricardo de Barros Leonel

Rodolfo da Costa Manso Real Amadeo

Rodrigo Ramina de Lucca

Tiago Asfor Rocha Lima

Viviane Siqueira Rodrigues

2016

 **EDITORA**
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

Diagramação: PVictor Editoração Eletrônica (pvictoredit@live.com)

D597 Direito intertemporal / coordenadores, Flávio Luiz Yarshell, Fabio Guidi Tabosa Pessoa. – Salvador : Juspodivm, 2016.
496 p. (Coleção Grandes Temas do Novo CPC, v. 7 ; coordenador geral, Fredie Didier Jr.)

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-85-442-0739-0.

1. Direito intertemporal. 2. Fontes do direito. 3. Retroatividade das leis. I. Yarshell, Flávio Luiz. II. Pessoa, Fabio Guidi Tabosa. III. Título.

CDD 340.132.3

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

Capítulo 1 ► O Novo Código de Processo Civil e o Direito Intertemporal em matéria probatória..... 21

Adriano Camargo Gomes

1. Introdução	21
2. Pressupostos acerca do Direito Processual	22
2.1. Compatibilidade das regras de prova entre si e com as demais regras processuais	23
2.2. Adequação entre o direito probatório e o direito material	23
2.3. Necessária correlação entre direito probatório e realidade empírica	24
3. Pressupostos de direito intertemporal.....	25
3.1. Eficácia interpretativa do NCPC durante a <i>vacatio legis</i>	26
3.2. Retroatividade, eficácia imediata e ultratividade	27
3.3. Direito adquirido processual.....	28
4. Pressupostos de Direito Probatório.....	29
4.1. (Ir)relevância da natureza do direito probatório para as soluções de direito intertemporal.....	30
4.2. Direito à prova e direito de provar	31
4.3. Finalidade da prova: para além do convencimento do juiz	32
5. Direito Intertemporal em matéria probatória no NCPC: art. 1.047 e <i>tempus regit actum</i>	34
6. O art. 1.047, NCPC: limites e incongruência	35
7. Parâmetros e sugestões para uma aplicação mais adequada do Direito Intertemporal em matéria probatória	38
7.1. Limites à concomitância ou sucessão de regimes a partir do critério previsto no art. 1.047, NCPC.....	39
7.2. Eficácia interpretativa do NCPC e o art. 1.047, NCPC.....	40
7.3. A possível eficácia imediata do NCPC em contrariedade com o previsto no art. 1.047, NCPC	41
7.4. Ultratividade das regras do CPC/73 para além do previsto no art. 1.047.....	44
8. Considerações finais.....	45
9. Referências bibliográficas.....	46

Capítulo 2 ► Breves questões sobre direito transitório no novo CPC.....49*Andre Vasconcelos Roque e Fernando da Fonseca Gajardoni*

1. Introdução	49
2. A tempestade que se avizinha.....	50
3. Problemática.....	51
4. Soluções sobre direito transitório (aparentemente) advindas do próprio Novo CPC.....	52
5. Questões sobre direito transitório não previstas no Novo CPC.....	55
5.1. A teoria do isolamento dos atos processuais.....	55
5.2. Respeito aos direitos processuais adquiridos.....	56
5.3. Alguns atos processuais não se aperfeiçoam com a simples prática	56
6. Soluções aparentes	57
6.1. Julgamento liminar de improcedência (art. 332 do CPC/2015).....	58
6.2. Audiência de conciliação/mediação (pseudo) obrigatória (art. 334 do CPC/2015).....	58
6.3. Exceções e impugnações instrumentais.....	59
6.4. Julgamento antecipado parcial do mérito (art. 356 do CPC/2015).....	60
6.5. Saneamento do processo (art. 357 e §§ CPC/2015)	60
6.6. Direito autônomo à produção da prova (art. 381, II e III do CPC/2015)	60
6.7. Dever de fundamentação analítica (art. 489 do CPC/2015).....	61
6.8. Recursos.....	61
6.9. Reexame necessário (art. 496 do CPC/2015)	62
6.10. Preclusão elástica	62
6.11. Contagem de prazos.....	63
6.12. Fim da admissibilidade dos recursos no juízo a quo	64
6.13. Embargos infringentes “cover” (art. 942 do CPC/2015).....	64
6.14. Tutela de evidência (art. 311 do CPC/2015) e estabilização da tutela antecipada antecedente (art. 304 do CPC/2015)	65
7. Referências bibliográficas.....	66

Capítulo 3 ► Sanção processual por ausência de preparo recursal (§ 4º, art. 1.007, NCPC) e sua aplicação imediata69*Antonio de Pádua Soubhie Nogueira*

1. O art. 1.007 do NCPC e a nova sanção processual por ausência de recolhimento de preparo.....	69
2. Direito intertemporal e a aplicação imediata do § 4º do art. 1.007 do NCPC.....	72
3. Conclusão.....	77

Capítulo 4 ► Pré-eficácia das normas e a aplicação do Código de Processo Civil de 2015 ainda no período de vacatio legis..... 79

Antonio do Passo Cabral

1. Introdução. Vacatio legis e possibilidade de alteração do CPC.....	79
2. Aplicação do Código de Processo Civil antes de sua entrada em vigor?	80
3. Pré-eficácia das normas	82
4. Eficácia interpretativa. Topos argumentativo sem vinculatividade	83
5. Os parâmetros usados por Fredie Didier Jr.: a novidade da norma (se efetiva ou ilusória) e seu caráter predominante (se político ou jurídico)	85
6. Critério proposto: expectativa de incidência	86
7. Conclusão.....	87

Capítulo 5 ► A Nova Aplicação do Processo Civil ao Processo do Trabalho: Os Principais Institutos, Eficácia, Início de Vigência e Respeito às Situações Jurídicas Consolidadas..... 89

Bruno Freire e Silva

1. Introdução	89
2. A Subsidiariedade do Processo Comum ao Processo do Trabalho	90
3. O Art. 15 do Novo Código de Processo Civil: Subsidiariedade x Supletividade	93
4. O art. 769 da CLT será revogado com a entrada em vigor do Novo CPC?	95
5. A Nova Aplicação do Processo Civil ao Processo do Trabalho	97
6. Eficácia, Início de Vigência e respeito às Situações Jurídicas Consolidadas	99
7. Conclusão.....	102

Capítulo 6 ► O Direito Intertemporal e as novidades do novo Código de Processo Civil em tema de honorários advocatícios..... 105

Bruno Vasconcelos Carrilho Lopes

Capítulo 7 ► Mediação e conciliação em nova era: conflitos normativos no advento do novo CPC e da Lei de Mediação.111

Carlos Alberto de Salles e Bruno Lopes Megna

1. Introdução	111
2. Cogência, disponibilidade e intertemporalidade processual	113
3. Impactos da Lei de Mediação	115
3.1. A vigência do CPC/2015 e da Lei de Mediação no tempo	116
3.2. Liberdade versus obrigatoriedade da audiência inicial de mediação: antinomia aparente	118

3.2.1. Diversidade de regimes em relação à audiência inicial.....	118
3.2.2. Audiência inicial de mediação e de conciliação: sanção pela ausência	120
3.2.3. Não realização da audiência: consequência processuais	122
4. Mediação e conciliação na transição do CPC/1973 ao CPC/2015.....	126
5. Conclusão.....	128
6. Referências bibliográficas.....	130

Capítulo 8 ► O novo Código de Processo Civil e a separação judicial..... 133

Claudio Luiz Bueno de Godoy

1. A proposição do tema.....	133
2. Uma referência deliberada do Código de Processo Civil.....	134
3. A extinção do casamento. Da indissolubilidade ao divórcio direto. A superação da separação judicial.....	136
4. A sobrevivência do Novo CPC e sua referência à separação. Uma análise crítica	143
5. Referências bibliográficas.....	147

Capítulo 9 ► O Direito Intertemporal e o Novo Código de Processo Civil. 149

Eduardo Cambi e Alencar Frederico Margraf

1. Introdução	149
2. Questões de direito intertemporal em relação ao Novo Código de Processo Civil	150
3. Quando o Novo Código de Processo Civil entrará em vigor?	154
4. Aplicação irretroativa e imediata da lei processual	156
5. Consolidação das situações processuais consumadas.....	162
6. Conclusão.....	166
7. Referências Bibliográficas.....	166

Capítulo 10 ► Direito Intertemporal - Aplicação do Novo Código de Processo Civil no Tempo 169

Eduardo Cambi, Adriane Haas e Eduardo Hoffmann

1. Introdução	169
2. A irretroatividade da lei.....	170
3. Efeito imediato da lei processual	173
4. Questões de direito intertemporal em relação ao NCPC	175
5. Considerações finais.....	188
6. Referências bibliográficas.....	189

Capítulo 11 ► Ação Rescisória e Direito Processual Intertemporal..... 193*Eduardo Henrique de Oliveira Yoshikawa*

1. Introdução	193
2. Ação rescisória	194
3. Direito processual intertemporal	195
4. Alterações na disciplina da ação rescisória no Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) e problemas de direito intertemporal	196
5. Bibliografia.....	207

Capítulo 12 ► O “já” vigente parágrafo único do artigo 805 do Novo Código de Processo Civil..... 209*Elias Marques de Medeiros Neto***Capítulo 13 ► Divergência doutrinária sobre a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil e propostas de solução 219***Fabiano Carvalho*

1. Divergência doutrinária sobre a entrada em vigor do novo CPC	219
2. Nossa adotada	220
3. Propostas para solucionar a divergência	222
4. Encerramento	223

Capítulo 14 ► Questões de Direito Intertemporal Acerca da Ação Monitória no CPC/2015225*Fabio Guidi Tabosa Pessoa*

1. Introdução	225
2. O sistema de direito intertemporal do CPC/2015.....	226
3. A disciplina da ação monitória	228
3.1. Monitória contra a Fazenda Pública.....	228
3.2. Reconvenção	231
3.3. Tutela monitória quanto a obrigações de fazer ou não fazer	233
3.4. Prova oral documentada	234
3.5. Cumprimento espontâneo e honorários advocatícios.....	235
3.6. Monitória, coisa julgada e rescisória	237
3.7. Parcelamento	242
3.8. Julgamento dos embargos e apelação.....	244
3.9. Sanções por litigância de má-fé	249

4. Referências bibliográficas.....	250
------------------------------------	-----

Capítulo 15 ► O julgamento em ordem cronológica e a aplicação do calendário processual no novo CPC: aspectos de direito processual intertemporal 253

Fábio Peixinho Gomes Corrêa

1. Introdução	253
2. Calote na efetividade advindo do impacto do calendário processual na ordem cronológica.....	256
3. Eficácia temporal das normas processuais	259
4. Proteção ao direito adquirido à duração razoável do processo	262
5. Calendário processual não pode prejudicar os atos processuais perfeitos.....	265
6. Inaplicabilidade da ordem cronológica para certos processos pendentes	269
7. Conclusão: a disposição transitória do CPC/15 é insuficiente	272
8. Bibliografia.....	275

Capítulo 16 ► A Fazenda Pública e o Novo CPC..... 279

Fernão Borba Franco

1. Conceito de Fazenda Pública; 'prerrogativas' X 'privilégios'	279
2. Prazos diferenciados	280
3. Reexame obrigatório	281
4. Tutelas de urgência e suas restrições.....	283
5. Estabilização da tutela e ação monitória	285
6. Efeitos da revelia e indisponibilidade dos bens públicos	287
7. Demandas repetitivas, restrições a recursos e atos da FP contrários a matéria sumulada.....	290
8. Mediação, arbitragem, conciliação	291
9. Honorários advocatícios	293
10. Adiantamento de despesas no NCPC e na legislação extravagante (ACP, LIA, LD) ...	295
11. Execução contra a Fazenda Pública	299
12. Bibliografia.....	303

Capítulo 17 ► Direito Intertemporal em tema de Ação Rescisória..... 305

Flávio Luiz Yarshell

1. Introdução	305
2. Normas interpretativas (invocáveis antes mesmo da vigência da nova lei).....	305

3. Regra nova potencialmente ampliativa do objeto de ação rescisória: resolução de questão prejudicial	310
4. Regras novas acerca das hipóteses de cabimento (ou dos fundamentos) da ação rescisória	312
5. Regras novas que disciplinam o procedimento ou a relação jurídica processual..	316

Capítulo 18 ► Eficácia do novo CPC antes do término do período de vacância da lei.....317

Fredie Didier Jr.

1. introdução	317
2. Proposta.....	318
2.1. Normas jurídicas novas	318
2.2. Pseudonovidades normativas.....	320
2.3. Normas simbólicas.....	321
3. Arremate	323
4. Referências	323

Capítulo 19 ► Direito intertemporal e novo processo societário: novos institutos e sua aplicação na fase recursal..... 325

Guilherme Setoguti J. Pereira e Igor Bimkowski Rossoni

1. Introdução	325
2. Direito Intertemporal e normas de direito processual.....	326
3. Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica.....	328
4. Ação de dissolução parcial	331
5. Conclusões.....	335
6. Referências	335

Capítulo 20 ► Evicção e denúncia da lide..... 337

Hamid Charaf Bdine Junior

1. Introdução	337
2. A evicção e seus efeitos.....	337
3. Pressupostos para o reconhecimento da evicção.....	338
4. Denúnciação da lide	339
5. Evicção e denúncia. A supressão da denúnciação <i>per saltum</i> no CPC/15	341
6. Dispensa da denúnciação da lide para exercício dos direitos oriundos da evicção.....	344
7. Direito intertemporal.....	344

8. Conclusão.....	346
9. Referências	346

Capítulo 21 ► Dissolução parcial de sociedade e novo CPC: breves questões de Direito Intertemporal..... 347

João Paulo Hecker da Silva

1. A falsa retroatividade da lei processual.....	347
2. O novo procedimento de dissolução parcial de sociedade se aplica imediatamente às dissoluções parciais de sociedade em curso	349
3. O NCPC entra em vigor em 18 de março de 2016 e, consequentemente, essa é a data em que o novo procedimento será aplicável às dissoluções parciais de sociedade em curso	351
4. Alguns detalhes sobre como ocorrerá a aplicação das disposições dos arts. 599-609 do NCPC aos processos de dissolução parcial de sociedade em curso	353
4.1. O NCPC e ação de dissolução parcial de sociedade.....	353
4.2. Primeira casuística: ação iniciada, antes da citação	359
4.3. Segunda casuística: ação iniciada e com citação, mas ainda não contestada.....	360
4.4. Terceira casuística: ação iniciada e contestada, mas ainda não saneada	360
4.5. Quarta casuística: ação julgada, com condenação líquida em haveres.....	361
4.6. Quinta casuística: ação julgada, com condenação ilíquida ainda não liquidada	361
4.7. Sexta casuística: ação iniciada, não julgada mas com perícia em curso	362
4.8. Sétima casuística: cautelar de produção antecipada de provas já encerrada, mas ação ainda não proposta	363
5. Conclusão.....	363
6. Bibliografia	364

Capítulo 22 ► Usucapião de bens imóveis, Novo CPC e o Direito Intertemporal 365

José Carlos Baptista Puoli

1. Introdução	365
2. Breve análise do direito ao usucapião de bens imóveis e de sua tutela por procedimento especial no bojo do ordenamento processual anterior	366
3. Comentários gerais a respeito da forma adotada pelo NCPC para o processamento de pedidos judiciais de usucapião de bens imóveis	368
4. Usucapião extrajudicial	371
5. Direito intertemporal.....	373
6. Conclusão.....	374

7. Bibliografia	375
-----------------------	-----

Capítulo 23 ► A Fazenda Pública frente ao novo CPC: notas sobre a aplicação das novas regras aos processos em curso.....377

Marcelo José Magalhães Bonizzi

1. Considerações iniciais	377
2. As principais regras do novo CPC voltadas para a atuação da Fazenda Pública em juízo: questões de direito intertemporal.....	378
2.1. Prazos processuais diferenciados.....	378
2.2. A intimação pessoal para os processos cíveis em geral.....	380
2.3. A nova forma de fixar os honorários devidos pela Fazenda Pública	380
2.3.1. Honorários recursais e Fazenda Pública	381
2.4. Reexame necessário	383
2.5. O novo procedimento de cumprimento de sentença a que está submetida a execução contra a Fazenda Pública	384
3. Considerações finais.....	385

Capítulo 24 ► Sanções Processuais e aplicação da Lei Processual no tempo 387

Paulo Henrique dos Santos Lucon

1. Introdução	387
2. Aplicação da lei processual no tempo e a permanente situação jurídica de sujeição aos deveres decorrentes do princípio da lealdade processual	388
3. Aplicação no tempo de normas sancionatórias	390
4. Retroatividade e direito processual sancionador.....	391
5. Precedentes e abuso do direito de recorrer	392
6. Astreintes	394
7. Notas sobre ônus e a sucessão de leis no tempo	396
8. Encerramento	398

Capítulo 25 ► Distribuição do ônus da prova e Direito Intertemporal 399

Paulo Osternack Amaral

1. Introdução	399
2. Direito processual intertemporal	399
2.1. A garantia constitucional à segurança das relações jurídicas.....	400
2.2. A eficácia imediata da lei processual	401
2.3. Sistemas de direito processual intertemporal	402

2.4.	O sistema adotado pelo processo civil brasileiro	403
2.5.	Direito intertemporal em matéria probatória	403
2.5.1.	Natureza das regras de direito probatório	403
2.5.2.	Disciplina específica ao direito probatório.....	404
2.6.	A origem do problema	405
3.	Ônus da prova	406
3.1.	Definição de ônus	406
3.2.	Ônus perfeito e ônus imperfeito	407
3.3.	Ônus da prova nas perspectivas subjetiva e objetiva.....	408
3.4.	Distribuição do ônus da prova: art. 373 do CPC	409
3.5.	Inversão do ônus da prova.....	410
3.6.	Momento da inversão do ônus da prova	411
3.7.	Distribuição dinâmica do ônus da prova	413
4.	Ônus da prova na perspectiva do direito intertemporal.....	416
5.	Conclusões	418
6.	Referências bibliográficas.....	418

Capítulo 26 ► Direito Intertemporal e Reclamação..... 423

Ricardo de Barros Leonel

1.	Introdução	423
2.	Generalidades sobre a reclamação	424
3.	Natureza e finalidade.....	426
4.	Ampliação dos fundamentos para o ajuizamento da reclamação.....	427
5.	As regras de Direito Intertemporal no novo CPC.....	427
6.	As novidades da reclamação em face do Direito Intertemporal	429
7.	A reclamação com fundamento nas situações anteriormente não previstas.....	429
8.	Conclusões	431

Capítulo 27 ► Problemas de Direito Intertemporal na nova disciplina da fraude à execução no ordenamento jurídico brasileiro. 433

Rodolfo da Costa Manso Real Amadeo

1.	Introdução	433
2.	A disciplina da fraude à execução antes do CPC/2015 E DA LEI 13.097/2015	434
3.	A nova disciplina da fraude à execução no CPC/2015 e na Lei 13.097/2015	437
4.	Problemas de direito intertemporal na transição da disciplina anterior para a nova	444

5. Conclusão.....	447
6. Referências bibliográficas.....	448

Capítulo 28 ► Os novos limites objetivos da coisa julgada e regras de Direito Intertemporal..... 451

Rodrigo Ramina de Lucca

1. Introdução	451
2. Os limites objetivos da coisa julgada no CPC/73.....	451
3. A extensão dos limites objetivos da coisa julgada no NCPC	453
3.1. Questões prejudiciais	455
3.2. Questões incidentais.....	456
3.3. Questões prejudiciais incidentais expressamente decididas.....	456
3.4. Dependência do julgamento do mérito	457
3.4.1. Pluralidade de questões prejudiciais	458
3.4.2. Questões prejudiciais decididas desfavoravelmente ao vencedor	458
3.5. Contraditório prévio e efetivo	460
3.6. Competência do juízo para resolver a questão como principal.....	462
3.7. Exceção em caso de restrições probatórias ou limitações à cognição.....	462
4. Regras de direito intertemporal	463
5. Direito intertemporal e os novos limites objetivos da coisa julgada - a importante exceção trazida pelo art. 1.054 do NCPC	463
6. Início da vigência do NCPC	464
7. Conclusão.....	465
8. Referências bibliográficas.....	466

Capítulo 29 ► Recursos sob a ótica do direito intertemporal.....469

Tiago Asfor Rocha Lima e André Garcia Xerez Silva

1. Introdução	469
2. Críticas à <i>vacatio legis</i> de 01 ano.....	471
3. Conflitos intertemporais e critérios de solução	473
4. Possíveis conflitos intertemporais concretos em matéria recursal	478
4.1. Normas supressivas e inclusivas de hipóteses recursais.....	478
4.2. Normas modificativas de procedimentos recursais	479
5. Conclusões	482
6. Referências	483

Capítulo 30 ► Reflexões sobre a aplicação da Lei 13.105/15 no tempo e processos pendentes: preclusão, recursos e técnicas de gerencialismo.....	485
--	------------

Viviane Siqueira Rodrigues